

**“NÃO SOU UMA CRIANÇA?”:  
A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA INFÂNCIA NEGRA A PARTIR DO  
CASO DE GERALDA**

Helisangela Maria Andrade Ferreira <sup>1</sup>

Lucas Paes do Amaral <sup>2</sup>

Viviane Maria da Silva Pimentel Amorim Rabello <sup>3</sup>

## **RESUMO**

Sojourner Truth foi uma abolicionista que sofreu os maus tratos do processo de escravidão e ficou conhecida por escrever o seu discurso “não sou uma mulher?” em 1851, denunciando as condições que sofria por ser mulher negra. Nesse artigo parafraseamos o título do seu famoso discurso para o assassinato de Geralda, perguntando: “não sou uma criança?”. Ela tinha sido levada para ser vendida, mas fugiu, o caso foi noticiado no jornal “A Província (PE)” no dia 29 de outubro de 1872. O presente artigo tem como objetivo geral, analisar como se deu a construção social da infância negra no Brasil a partir do caso de Geralda. Já os objetivos específicos são: compreender a visão construída pelos viajantes nos oitocentos a partir da historiografia já produzida, problematizar a partir do conceito de infância de Philippe Ariès o seu reconhecimento para todas as crianças e conceituar o racismo estrutural fazendo uma ligação com o caso da menina Geralda. A metodologia utilizada foi a análise da fonte documental do jornal “A província”, partindo para a pesquisa bibliográfica. Apresentamos como resultado que a visão dos viajantes era de que as pessoas escravizadas eram consideradas “burras” e de que as crianças eram mais fáceis para serem “domesticadas” e desumanizadas sendo consideradas animais. Esse sentimento da infância construindo socialmente não se estendeu as crianças negras. A menina Geralda foi assassinada e nem sequer mencionam seu sobrenome, as testemunhas relatam que a criança foi vítima de um crime bárbaro e ainda assim não houve intervenção dos populares que presenciaram o fato. Concluímos que o genocídio da população negra remonta ao período escravocrata e nem as crianças eram/são poupadas. A imagem de inocência, ingenuidade e santidade são associadas as crianças brancas não estando ligadas as crianças negras. Infelizmente a violência acompanha as meninas negras do nascimento ao túmulo.

**Palavras-chave:** Infância; Escravidão; Racismo; Criança; Construção Social.

---

<sup>1</sup> Mestra em História pela Universidade Federal Rural de Pernambuco, Apoio ao Discente do curso de História da UFRPE/Unidade Acadêmica de Educação a Distância e Tecnologia e Designer Educacional na Escola Técnica Estadual Professor Antônio Carlos Gomes da Costa – ETEPAC, SEDUC-PE. Email: hellyandrade@gmail.com;

<sup>2</sup> Mestrando do Curso de Pós-graduação em Direitos Humanos pela Universidade Federal de Pernambuco – UFRPE. E-mail: lucaspaes132@gmail.com;

<sup>3</sup> Pós-graduada em Alfabetização e Letramento, mestranda em Sociologia Prof socio/ FUNDAJ, Coordenadora Pedagógica e professora de Educação de Jovens e Adultos. E-mail: vivi.rabello@prof.educ.rec.br.

## INTRODUÇÃO

No dia 11 de outubro é o dia internacional da menina, data criada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2011<sup>4</sup> para debater as desigualdades presentes na vida das meninas ao redor do mundo. Ainda é uma data pouco falada e debatida em torno de questões de desigualdade de gênero que começam ainda na infância. A pesquisa “Por ser menina no Brasil: crescendo entre direitos e violências” (PLAN, 2021) fez um levantamento e constatou que 81,4% das meninas relataram que arrumam a própria cama, enquanto 11,6% dos irmãos fazem, 76,8% das meninas lavam a própria louça e 65,6% limpam a casa, enquanto 12,5% dos meninos lavam a louça e 11,4% limpam a casa. Essa desigualdade começa dentro de casa e sendo o peso maior dos serviços domésticos e cuidados com irmãos para as meninas isso vai se refletir no seu desempenho escolar e até mesmo nas vivências relacionadas a infância.

As desigualdades em torno da construção do que seria a infância foram construídos historicamente. No presente artigo vamos analisar como se deu a construção social da infância negra no Brasil tomando como base o caso da menina Geralda, e ainda compreender a visão construída pelos viajantes a partir da historiografia já produzida a respeito da infância nos oitocentos, problematizar a partir do conceito de infância de Philippe Ariès se ele se estende a todas as crianças e conceituar racismo estrutural fazendo uma ligação com a menina Geralda. Assim como tantos outros conceitos o de infância foi sendo construído ao longo da História. O conceito de infância surgiu no mundo moderno, segundo o historiador Philippe Ariès na sua obra “História Social da Criança e da Família” (1986), antes disso as crianças eram vistas como pequenos adultos e tinham que se vestir como tais.

O autor vai afirmar que havia muitos textos da Idade Média sobre esse tema e ele cita um que trata das idades em número de 7: a primeira idade seria a infância, marcada pelo nascimento dos dentes, vai desde o nascimento até os 7 anos e o termo para se referir é *enfant* (criança) e quer dizer não falante. Em seguida vem a segunda idade e chama-se *pueritia* “e é assim chamada porque nessa idade a pessoa é ainda como a menina do olho, como diz Isidoro, e essa idade dura até os 14 anos” (1986, p. 36). Temos agora a terceira idade, que é chamada de adolescência, que vai dos 14 aos 21 anos. “O crescimento, no entanto, termina antes dos 30 ou 35 anos, e até mesmo tardio numa época em que o trabalho precoce mobilizava mais cedo as reservas do organismo” (Ibid). Já a juventude a pessoa ainda está na plenitude de duas forças,

---

<sup>4</sup> [Dia Internacional da Menina | Articles \(unesco.org\)](https://unesco.org) acesso em 04 de nov. 2023.

e essa idade vai durar até os 45 anos, em seguida vem a senectude que está entre a juventude e a velhice, que dura até os 70 anos ou mesmo até morrer.

O quanto a noção das fases da vida difere das consideradas atualmente e um fato que nos chama a atenção é que durante a Idade Média a expectativa de vida era breve devido as guerras, as doenças e a elevada mortalidade infantil. As crianças morriam em grande número, “essa indiferença era uma consequência direta e inevitável da demografia da época. Persistiu até o século XIX, no campo, na medida em que era compatível com o cristianismo, que respeitava na criança batizada a alma imortal” (ARIÈS, 1986, p. 57). A análise de Àries se refere a um tipo de criança que seria a pertencente as classes mais nobres, mesmo esse adulto não tendo a noção e cuidados necessários para a “infância” essa “miniatura de adulto” recebia um tratamento digno pelos mais velhos. Em meados do século XII era provável que não existia o termo infância, uma vez que a arte medieval não tinha conhecimento a respeito. (ARIÈS, 1986).

E no Brasil, como as crianças eram tratadas, segundo Chambouleyron (2015) o ensino das crianças foram uma das primeiras preocupações dos padres da Companhia de Jesus. A infância estava sendo descoberta nesse momento no Velho Mundo, sendo resultado dessas transformações na relação entre indivíduo e grupo. Estava nascendo novas formas de afetividade e a própria “afirmação do sentimento de infância” tendo a Igreja e o Estado um papel fundamental. A Companhia de Jesus vai escolher as crianças indígenas, pois as considerava como sendo um papel em branco em que eles iriam escrever os seus valores cristãos. As crianças eram consideradas como mais fáceis de serem manipuladas, mas boa parte ao deixar a infância também abandonavam os costumes cristãos e os padres se mostravam preocupados. Dessa maneira,

A lógica do padre Nobrega era bastante clara: a falta de padres implicava que os jesuítas do Brasil encontrassem outros meios possíveis para efetivar a conversão e manter a companhia. A alternativa apontada indicava a formação de sacerdotes a partir da população nativa, mestiça ou mesmo de portugueses nascidos no Brasil (o domínio da língua era essencial), ensinados desde crianças. [...] Entretanto, como a experiência já havia demonstrado, os meninos, crescendo, davam poucas mostras de virtude, por isso o intercâmbio com a Europa era fundamental: mandar-se-iam os meninos ensinados, antes dos “anos de discrição”, pois no Velho Mundo teriam menos ocasiões de pecar. (Ibid, p.71)

Já que os padres portugueses não obtiveram sucesso na conversão dos adultos resolveram converter as crianças, sendo utilizadas como massa de manobra e crescendo afastados dos costumes de seus pais e com isso poderiam modificar costumes que eram desaprovados pelos europeus. Mais adiante foi decidido que os meninos indígenas estariam proibidos de entrar na Companhia de Jesus dada a dificuldade da manutenção dos valores cristãos neles e com isso foi reduzida a esperança da Companhia de Jesus de se manter no Brasil.

Com o estabelecimento da corte portuguesa no Brasil, o cotidiano ficaria marcado por grandes transformações de costumes trazidos da Europa. A educação das crianças das elites seria um instrumento de formação de uma sociedade mais civilizada, segundo Ana Maria Mauad (2015, p. 147 e 148):

Os meninos da elite iam para a escola aos sete anos e só terminavam sua instrução, dentro ou fora do Brasil, com um diploma de doutor, geralmente advogado. Num colégio conceituado como o Externato Pedro II, frequentado por quase todos os filhos da aristocracia cafeicultora imperial e pela elite urbana, tinha um rol exaustivo de disciplinas [...] A instrução das meninas, da mesma forma, variou ao longo do século XIX, apesar de manter a valorização das habilidades manuais e dos dotes sociais, já se encontrava no currículo das escolas desde meados da década de 1870, um conjunto de disciplinas variadas, tais como “línguas nacional francesa e inglesa, aritmética, história antiga e moderna, mithologia, além é claro, de obras de agulha de todas as qualidades”

É notório o quanto havia uma preocupação com a instrução das crianças na sociedade brasileira imperial, seja ela voltada para a imposição dos costumes e religiosidades europeias no caso dos povos originários ou ainda para a manutenção do poder nas mãos das elites que educava dentro dos moldes da chamada “civilidade”. E como seria a situação da criança negra nessa sociedade? Elas nem eram vistas como crianças e sim comparadas com animais. A visão que desumanizava as pessoas negras tinha como base as teorias religiosas católicas e o racismo científico. “Para os autores darwinistas sociais, o progresso estaria restrito às sociedades ‘puras’, livres de um processo de miscigenação, deixando a evolução de ser entendida como obrigatória” (SCHWARCZ, 1993, p. 61). Essas ideias foram trazidas para o Brasil e foi dessa maneira sendo criado um imaginário de que a população negra era degenerada e inferior.

Para Gobineau, portanto, se não se podia esperar muito de certas “raças inferiores”, não era necessário também temê-las. Radicalmente diversa era, no entanto, sua interpretação sobre as nações miscigenadas. Instáveis, por

oposição à imutabilidade das raças puras, do cruzamento de espécies diferentes adivinham populações “desequilibradas e decaídas” (Ibid, p. 64)

A elite brasileira não queria essa “mistura” de raças e a sociedade passava pelo processo de branqueamento da população. O termo eugenia foi disseminado por Francis Galton e exportado para o Brasil que cria um movimento próprio. O respaldo para tal ideia vem da biogenética para excluir negros, imigrantes asiáticos e pessoas com deficiência, sendo considerada apenas as pessoas de descendência europeia como o modelo ideal. Esse tipo de pensamento é chamado de racismo científico e foi popularizada nos meios acadêmicos no século XIX. Silvio Almeida (2018, p. 24) afirma que a 2ª guerra mundial e o genocídio na Alemanha nazista acabam reforçando que a raça é um elemento essencialmente político, não tendo sentido fora do domínio socioantropológico. Sendo essa uma noção utilizada para reforçar as desigualdades e justificar o genocídio da população negra, por exemplo.

Podemos considerar a escravidão como um regime de trabalho forçado em que homens, mulheres e crianças desenvolviam atividades sem nenhum tipo de remuneração. A escravidão infelizmente é uma prática muito antiga da humanidade e está ligada na sua origem a conflitos em que os vencidos são forçados ao trabalho sem remuneração. O historiador Marcus de Carvalho (2010, p. 12) aponta que “a escravidão e o tráfico de escravos são assuntos próximos ao estudo do holocausto judeu [...] temas impregnados de problemas morais e éticos que, sejamos francos, ainda não foram resolvidos pela humanidade”. O processo da escravidão no Brasil durou 353 anos e a população negra ainda colhe os amargos frutos desse processo de segregação. Muitas crianças negras eram abandonadas a mando dos senhores, vejamos o que diz Camargo, Alves e Quirino:

Ao nascerem, muitas das crianças, filhas de mulheres escravas, foram abandonadas, como pode ser identificado em relatos de viajantes: pelo fato de “muitos expostos serem filhos de escravas cujos senhores não querendo ter trabalho, nem fazer gastos com a criação de negrinhos, ou precisando das mães para amas, obrigaram-nas a abandoná-los na enjeitaria” (2005, p. 610 e 611)

Essas crianças eram deixadas na roda dos expostos e a maioria morriam logo depois de dá entrada. Os autores apresentam dados referentes a cidade de Salvador e afirmam que no final do século XIX os enjeitados eram na sua maioria mulatos e pretos.

Para a maioria dos expostos nas rodas – que sobreviveram ao genocídio dos primeiros anos de vida e cujos pais nunca mais cuidaram de sua existência, ou nem sequer puderam permanecer com suas amas-de-leite poucas eram as

saídas que se apresentavam em suas vidas, além da rua, do desamparo ou da morte (CAMARGO, ALVES e QUIRINO. 2005, p. 612)

Infelizmente um desses caminhos foi o da menina Geralda, nem sequer teve seu sobrenome citado na matéria de 1872 no Jornal “A província”. Uma menina de 11 anos que vivia na condição de escravizada na povoação de Ponta de Pedra, no estado de Pernambuco.

## **METODOLOGIA**

A metodologia utilizada no desenvolvimento do artigo foi qualitativa já que trabalhamos com um conjunto de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes. A leitura do documento nos chama atenção para muitas questões ligadas ao processo de humanização, será que a sociedade da época dos oitocentos se comovia com a morte de uma pessoa escravizada? E se fosse criança, era tratada como tal, tomando como base o conceito de criança da época? Lucien Febvre disse que “sem problema, não há História”, o historiador ao indagar a fonte histórica dela pode extrair muitas respostas. Segundo José D’Assunção Barros (2019, p. 8), “As fontes não seriam meros registros repletos de informações a serem capturadas pelos historiadores, mas também diversificados discursos a serem decifrados, compreendidos, interpretados”. Para tanto é necessário interagir com o objeto de estudo, estar atento a produção de sentido do discurso, pois o texto produz conhecimento. Para que fosse possível elaborar perguntas e entender o significado subjetivo das questões presentes na fonte é de extrema importância realizar uma pesquisa bibliográfica. Segundo Minayo (2002, p. 16), “enquanto conjunto de técnicas, a metodologia deve dispor de um instrumental claro, coerente, elaborado, capaz de encaminhar os impasses teóricos para o desafio da prática”.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

Temos uma vasta bibliografia que trata a respeito da infância, para que fosse possível chegar até o nosso objeto de pesquisa, foi importante trazer uma leitura clássica a respeito de como o conceito de infância dá seus primeiros passos, a clássica obra de Philippe Ariès, História Social da criança e da família trata a respeito de como as crianças eram tratadas quando ainda esse conceito não era utilizado e de como aos poucos essa concepção foi sendo construída. Segundo o autor na Idade Média não existia o conceito de infância, as crianças eram vistas como adultos em miniatura. Já entre a Idade Média para a Moderna é que começa a surgir o conceito de infância e família.

Partindo para questões mais próximas do documento estudado, como eram tratadas ou mesmo compreendido o conceito de infância na época dos jesuítas até chegar os oitocentos. Muitos autores desenvolveram pesquisas tendo como foco essas questões, podemos citar Rafael Chambouleyron, no capítulo “Jesuítas e as crianças no Brasil quinhentista” ou ainda Ana Maria Mauad “A vida das crianças de elite durante o império” e “A criança escrava no Brasil escravista (1500-1888) de José Carlos Parra. Outro importante trabalho que trata a respeito da infância das crianças negras é “Negrinhas e negrinhos: visões sobre a criança escrava nas narrativas de viajantes” de Rafael Domingos Oliveira da Silva. Os viajantes do século XIX desempenharam um papel importante na construção dessas representações. Suas observações e relatos frequentemente refletiam os preconceitos e estereótipos de suas culturas de origem, contribuindo para a perpetuação do racismo estrutural em contextos globais.

Para entender a respeito do processo de eugenia pelo qual passou a população brasileira foi utilizada a obra de Lilian Schwarcz “O espetáculo das raças”. A respeito do processo de escravização de crianças utilizamos o texto de Santos, Milani e Perez “Infância das crianças negras e escravas no Brasil: aproximações com realidades contemporâneas”.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A abolicionista Sojourner Truth em 1852 fez parte da convenção dos Direitos da Mulher em Akron, em Ohio, nos Estados Unidos apresentou o discurso: Não sou eu uma mulher? Esse discurso foi feito de improviso e registrado por Frances Gages, feminista e uma das autoras do compêndio sobre a primeira onda do feminismo.

Nunca ninguém me ajuda a subir numa carruagem, a passar por cima da lama ou me cede o melhor lugar! E não sou uma mulher? Olhem para mim! Olhem para o meu braço! Eu capinei, eu plantei, juntei palha nos celeiros e homem nenhum conseguiu me superar! E não sou uma mulher? Eu consegui trabalhar e comer tanto quanto um homem – quando tinha o que comer – e também aguentei as chicotadas! E não sou uma mulher? Pari cinco filhos e a maioria deles foi vendida como escravos. Quando manifestei minha dor de mãe, ninguém, a não Jesus, me ouviu! E não sou uma mulher? (DAVIS, 2016, p. 97)

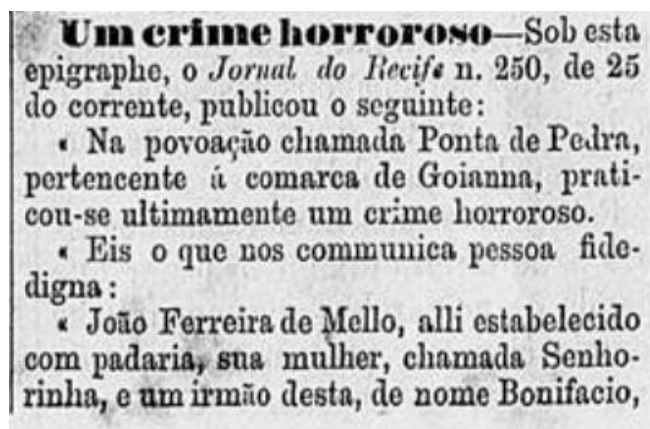
Essa mulher que viveu durante 40 anos como uma mulher escravizada e os outros 40 como uma mulher livre teve a coragem de subir num palco e escancarar tantas verdades e perguntar se ela também não era uma mulher, sendo esse um importante discurso para o



movimento feminista negro. Enquanto as mulheres brancas estavam naquele espaço reivindicando por direitos, as mulheres negras nem sequer eram consideradas pessoas e seus filhos eram jogados a toda sorte. E trazendo essa realidade para as crianças negras que eram escravizadas, “Não sou eu uma criança?”, segundo Silva (2013), o trabalho da criança escrava era visto como uma maneira de adestrar o futuro adulto que continuaria na condição de escravizado. A criança deveria internalizar a sua posição na sociedade mesmo que compartilhasse de brincadeiras com os filhos do senhor branco. Por isso, os senhores deveriam cuidar para que o escravo adquirisse as habilidades para se tornar um escravo útil. É nítida a diferença entre a criança negra escravizada e o filho do senhor branco, sabemos que os negros nem sequer eram consideradas como pessoas, tanto que eram comparados a animais. Segundo Debret apud Silva (2013, p. 115): “os dois negrinhos, apenas em idade de engatinhar e que gozam, no quarto de dona da casa, dos privilégios do pequeno macaco, experimentam suas forças na esteira da criada”. As crianças pequenas eram consideradas como uma espécie de animal doméstico que estaria a disposição dos senhores.

Diante do que já foi exposto percebemos o quanto o racismo é estrutural e foi sendo construído historicamente. Segundo Almeida (2018, p. 21), o racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertencem. Durante muito tempo ter práticas racistas era aceito socialmente e até mesmo naturalizado.

O título da matéria do jornal “A Província (PE)” do dia 29 de outubro de 1872 tinha como título “um crime horroroso” e relatava o seguinte caso:



**Um crime horroroso**—Sob esta epigraphie, o *Jornal do Recife* n. 250, de 25 do corrente, publicou o seguinte:

- Na povoação chamada Ponta de Pedra, pertencente á comarca de Goianna, praticou-se ultimamente um crime horroroso.
- Eis o que nos communica pessoa fidedigna:
- João Ferreira de Mello, alli estabelecido com padaria, sua mulher, chamada Senhorinha, e um irmão desta, de nome Bonifacio,

A matéria continua e afirma que durante seis dias consecutivos essas três pessoas surravam uma escrava de nome Geralda, criança de onze anos de idade, que sucumbiu, no



último dia de seu martírio, em 12 de setembro do corrente ano. Para despistar as autoridades a respeito do ocorrido, João Ferreira de Mello foi até a cidade dizendo que iria vender a menina e que ela havia fugido e escreveu para a sua esposa relatando o acontecido. O subdelegado quando tomou conhecimento iniciou as investigações a procura da menina. Oito testemunhas prestaram depoimento sobre a morte de Geralda e descreveram as barbaras circunstâncias de violência que ela passou. Foi realizada uma busca no quintal da casa, onde foi informado que estaria o corpo da menina, mas nada foi encontrado. Segue um trecho:

Não obstante, toda a população do lugar afirmava o facto, porque elle havia sido, por dizer assim, publico, e muitos, que viram a desgraçada içada pelos braços a sofrer o barbaro castigo, a tinham visto depois como morta, estendida no chão.

As pessoas insistiram tanto com relação ao crime que a polícia resolveu fazer uma nova busca dentro de casa e encontraram o cadáver de Geralda enterrado em um quarto debaixo de uma cama em estado de putrefação. “A vista do corpo de sua vítima, a barbara senhora não pode mais negar o facto, e confessou ser o cadáver da criança que se procurava”. Ao final afirma-se que sem a insistência do povo, mais uma atrocidade ficaria escondida e que talvez esse crime fique impune.

É doloroso e comovente relatar esse ocorrido e vê como essa situação aconteceu e como tantas meninas(os) negras(os) foram brutalmente assassinados, pois seus corpos e suas existências não eram considerados importantes e isso lembra o trecho da música de Elza Soares, “a carne mais barata do mercado é a carne negra”. De como a violência contra os corpos negros atravessou gerações e continua matando a população negra e ainda reina a impunidade, pois muitas vezes a pena é atenuada para quem comete esses crimes. Desta forma, a análise do caso de Geralda à luz do racismo estrutural demonstra como essa forma de discriminação permeava a sociedade do século XIX, influenciando até mesmo a forma como a infância era percebida. Este trabalho busca contribuir para a compreensão das raízes históricas do racismo estrutural e sua persistência até os dias de hoje, destacando a importância de abordar essa questão de maneira crítica e proativa.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O genocídio da população negra não começou hoje, ele remonta ao período escravocrata e precisamos trazer essa pauta para o centro do debate. A população negra colhe até hoje os frutos amargos do processo da escravidão, seja pela violência psicológica que o racismo causa diariamente ou ainda a violência que para muitos custa a vida. O genocídio se faz presente

graças a naturalização da violência sobre o corpo negro e há uma percepção muito presente que foi construída no inconsciente coletivo de que as vidas negras importam menos. No contexto histórico em questão, a visão sobre a infância, especialmente quando se tratava de crianças negras e escravizadas, era diametralmente diferente. Essas crianças frequentemente eram retratadas de forma depreciativa e desumanizadora, perpetuando assim a desqualificação de suas vidas. O preconceito racial era tão arraigado na sociedade que se refletia nas representações midiáticas, criando uma narrativa prejudicial que desvalorizava sistematicamente as crianças negras. A imagem de inocência, ingenuidade e santidade são associadas as crianças brancas não estando ligadas as crianças negras. Infelizmente a violência acompanha as meninas negras do nascimento ao túmulo.

## REFERÊNCIAS

- ARIÈS, Philippe. **História Social da criança e da família**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- BARROS, José D'Assunção Barros. **Fontes históricas** - Uma introdução aos seus usos historiográficos. Anpuh, RJ, 2019, História e Parcerias.
- BRASIL, Decreto Nº 1.973 de 1º de agosto de 1996. Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher. Disponível em: [D1973 \(planalto.gov.br\)](https://planalto.gov.br/diario1973). Acesso em 02 de nov. de 2023.
- CARVALHO, Marcus J. M de. **Liberdade**: rotinas e rupturas do escravismo no Recife. 1822-1850. 2ª edição. Editora Universitária da UFPE, 2010.
- CAMARGO, Climene Laura de. ALVES, Eloina Santana. QUIRINO, Marinalva Dias. Violência contra crianças e adolescentes negros: uma abordagem histórica. **Texto Contexto Enfermagem**, Florianópolis, 2005. Disponível em: [20 Violencia contra.pmd \(scielo.br\)](https://scielo.br/pmd/2011/01/20). Acesso em 19 de nov. 2023.
- CHAMBOULEYRON, Rafael. Jesuítas e as crianças no Brasil quinhentista. In: PRIORE, Mary del (Org.). **História das crianças no Brasil**. 7ª ed. São Paulo: Contexto, 2015.
- DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.
- MAUAD, Ana Maria. **A vida das crianças de elite durante o império**. In: PRIORE, Mary del (Org.). **História das crianças no Brasil**. 7ª ed. São Paulo: Contexto, 2015.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social** – teoria, método e criatividade. Editora Vozes, Petrópolis, 2002.
- PLAN INTERNACIONAL BRASIL. Por ser menina. Resumo Executivo. 2021. Disponível em: [por-ser-menina-resumo-executivo-final.pdf \(apikistage.com\)](https://apikistage.com/por-ser-menina-resumo-executivo-final.pdf). Acesso em 02 de nov. 2021.
- SILVA, Rafael Domingos Oliveira da. **Negrinhos e negrinhas**: visões sobre a criança escrava nas narrativas de viajantes (Brasil, século XIX). *Revista de História*, 2013. p. 107-134. Disponível em: [Vista do “Negrinhos” e “negrinhos”: visões sobre a criança escrava nas narrativas de viajantes \(Brasil, século XIX\) \(ufba.br\)](https://ufba.br/vista-do-negrinhos-e-negrinhas-visoes-sobre-a-crianca-escrava-nas-narrativas-de-viajantes-brasil-sculo-xix) . Acesso em 20 de nov. 2023.
- SCHWARCZ, Lilian Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil. São Paulo: Companhia das letras, 1993.